

**HABEAS CORPUS Nº 570.746 - SC (2020/0080073-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**

**IMPETRANT : RAFAEL DO NASCIMENTO E OUTROS**

**E**

**ADVOGADO : RAFAEL DO NASCIMENTO - SC025967**

**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**PACIENTE : WELINGTON WILLIAN DO ROSARIO (PRESO)**

**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O paciente foi condenado às penas de 9 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 1.632 dias-multa, por ofensa aos arts. 33, *caput*, e 35, c.c. o art. 440, VI, todos da Lei 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal.

Os impetrantes argumentam, em suma, excesso de prazo para o julgamento da apelação, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pela custódia domiciliar, mormente diante do risco de contaminação pela Covid-19.

Na origem, os autos da Apelação 0002248-21.2018.8.24.0015, da Terceira Câmara Criminal do TJSC, encontram-se conclusos ao relator desde 9/7/2019, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 2/4/2020.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

A crise mundial da Covid-19 trouxe uma realidade diferenciada de preocupação com a saúde em nosso país e faz ver como ainda de maior risco o aprisionamento, a concentração excessiva, a dificuldade de higiene e as deficiências de alimentação natural ao sistema prisional acarretam seu enquadramento como pessoas em condições de risco.

Nesse momento, configurado o gravíssimo risco à saúde, o balanceamento dos riscos sociais frente ao cidadão merece diferenciada compreensão.

No entanto, a situação do ora paciente, em virtude do risco de contaminação pela Covid-19, ao que se tem nos autos, não foi levada ao

# *Superior Tribunal de Justiça*

conhecimento das instâncias de origem, o que inviabiliza a análise da matéria nesta sede sob pena de indevida supressão de instância.

Por fim, no tocante ao excesso de prazo para o julgamento da apelação, aos prazos consignados na lei processual deve-se atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário o exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial, acerca do processamento do recurso de apelação e da situação prisional do paciente.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator